

## SOBRE O SURGIMENTO DE UMA POSSÍVEL GEOECONOMIA DECOLONIAL

*On the Emergence of a Possible Decolonial Geoeconomics*

Letícia Silva Araújo<sup>1</sup>

Maria Beatriz Santos Azevedo<sup>2</sup>

Alexandre Cesar Cunha Leite<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. **E-mail:** [leticia\\_araujo95@live.com](mailto:leticia_araujo95@live.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4379-5830>

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. **E-mail:** [beatrizmbsa01@gmail.com](mailto:beatrizmbsa01@gmail.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7529-8313>

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. **E-mail:** [alexccleite@gmail.com](mailto:alexccleite@gmail.com) – [alexandre.leite@servidor.uepb.edu.br](mailto:alexandre.leite@servidor.uepb.edu.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

Recebido em: 14 out. 2023 | Aceito em: 20 mai. 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## RESUMO

O objetivo desse artigo é contribuir com os estudos de Geoeconomia ao abordar a perspectiva teórica decolonial. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória que utiliza revisão narrativa de literatura como meio de avaliar o conceito de Geoeconomia e suas evoluções teóricas. Conclui-se que a inclusão de novos atores propostos pela abordagem decolonial é válida e tende a contribuir para uma perspectiva mais inclusiva de atores da cena internacional.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Teoria decolonial. Geoeconomia decolonial.

## ABSTRACT

The aim of this article is to contribute to the field of Geoeconomics by delving into the decolonial theoretical perspective. This is an exploratory research endeavor that employs a narrative literature review to assess the concept of Geoeconomics and its theoretical developments. We concluded that the incorporation of new actors proposed by the decolonial approach is both valid and likely to enhance a more inclusive perspective on international actors.

**Keywords:** Geopolitics. Decolonial Theory. Decolonial Geoeconomy.

## INTRODUÇÃO

A Geopolítica Contemporânea se destaca como uma subárea das Relações Internacionais; de surgimento relativamente recente, manifestando-se após o período inicial da Guerra Fria. O foco de análise da Geopolítica encontra-se no Estado-nação, na expressão do Estado através da sua Geografia e na capacidade bélico-militar de expressão de poder de cada país (Mafrá, 2006).

Desenvolvimentos recentes na dinâmica interestatal entre os principais atores da comunidade internacional colocaram a economia como principal instrumento do jogo político entre os Estados e como uma das principais formas generalizadas de projeção de poder. Essa observação levou estudiosos (Baldwin, 1985; Luttwak, 1990; DeCastro, 2000), a lidar com a necessidade de atualizar a forma de observar a balança de poder para incluir a economia no seu processo analítico (Blackwill e Harris, 2017). Por volta da década de 1990, observa-se o surgimento de um subcampo da Geopolítica, cuja alcunha atribuída foi “Geoeconomia”, sendo compreendida como “o uso de instrumentos econômicos para a promoção de interesse nacional e para produção de resultados geopolíticos benéficos” (Blackwill e Harris, 2017, p. 20).

No mesmo processo de atualização de formas de poder, observa-se também a emergência de novos atores na cena internacional. Se antes a Geopolítica era uma subárea que dava prioridade à análise no nível estatal e era dominada pelos principais centros de poder, como Estados Unidos, Europa e Japão; agora, nota-se a inclusão de novos atores, anteriormente vistos como párias pelo seu poder militar inferior. Estes agora são percebidos como influentes dentro do

sistema internacional por outros aspectos, tal como a sua capacidade de projeção de poder por vias econômicas.

A Geoeconomia ainda é tributária do pensamento colonial anglo-americano, de modo que ignora as contribuições epistemológicas de países de fora do jogo político do eixo central da política mundial. Portanto, entende-se que é necessário incorporar a essa subárea uma visão analítica fornecida pela literatura que promove debates frequentemente ignorados pelo *mainstream* da escola anglo-americana.

Diante do exposto, propõe-se a seguinte pergunta: de que maneira se pode analisar a Geoeconomia a partir de uma perspectiva decolonial dentro dos estudos de geopolítica? O objetivo deste artigo é contribuir com os estudos de Geoeconomia ao abordar a perspectiva decolonial dentro desse pensamento. O artigo segue uma construção metodológica exploratória associada à revisão de literatura. Busca-se, ainda de forma limitada, observar o estado da arte do que está sendo debatido recentemente sobre o conceito de Geoeconomia e explorar as contribuições já realizadas originadas da perspectiva decolonial.

O artigo conta com quatro seções. Além destas considerações iniciais, a segunda seção apresenta uma descrição sobre a evolução da Geoeconomia como abordada pelos principais atores da área. A terceira dialoga com a influência do *mainstream* teórico anglo-americano dentro da geopolítica e traz as possibilidades de contribuição vindos da perspectiva decolonial. As considerações finais fecham o texto apresentando uma breve agenda futura sobre a construção de uma Geoeconomia decolonial.

## APRESENTANDO O CONCEITO DE GEOECONOMIA

Vihma (2017) sustenta que uma das contribuições mais significativas da Geopolítica Contemporânea seja a possibilidade de exploração do termo de Geoeconomia. Esse conceito surge em um momento de nova ordem mundial (Guerra Fria e Pós-Guerra Fria), em que o tradicional instrumento analítico do poder e das estratégias da máquina estatal deixa de ser focado na capacidade militar e passa a se voltar para a economia.

Em seus estágios iniciais de formulação conceitual, na década de 1990, havia duas correntes opostas cujo objetivo comum era dissolver o pensamento tradicional da geopolítica (Sparke, 1998) De um lado, Kenichi Ohmae (1995) propõe uma concepção dogmática do fim do conceito de Estado-nação, trazendo uma formulação de política completamente fundamentada em uma economia superior e transnacional ajustada à uma nova ordem mundial em que as demarcações territoriais e limites geográficos se tornaram conceitos ultrapassados

Já Edward Luttwak (1990) acredita que o Estado-nação continuava tão parte da análise da Geopolítica quanto antes, mas agora era necessário que a comunidade epistêmica considerasse a insurgência de um novo elemento: a lógica dos conflitos interestatais de soma-zero, os quais são

vetorizados pela insular dinâmica do comércio e da economia (Sparke, 1998). O trabalho proposto por Luttwak tinha caráter ontológico, trans-histórico e demandava a criação de um novo vocabulário de argumentação no qual a economia ocuparia um papel central no processo de *policy-making* estatal: “a autoridade dos burocratas pode ser avaliada em meios, não mais de estratégia e segurança, mas sim de interesses econômicos vitais através de defesas geo-econômicas, ofensivas geo-econômicas, diplomacia geo-econômica e inteligência geo-econômica” (Sparke, 1998, p. 63).

Ellen Wood (2014) propõe um argumento útil. Segundo a autora, o desenvolvimento de imperativos econômicos suficientemente fortes para substituir formas mais antigas de dominação econômica demorou para ocorrer, tendo seu tempo de realização o século XX. Wood (2014) também destaca uma relação de interdependência entre o Estado e o mercado (e seus atores, tais como grandes grupos corporativos), o que nos remete ao esforço de analisar as ações e reações para além das lentes exclusivas do Estado.

As lições teóricas de Luttwak (1990) e Ohmae (1995) são alvos de análises empíricas por parte de estudiosos de alguns da Geopolítica crítica, como Matthew Sparke (1998). Para Sparke (1998), apesar de, a princípio, haver tensões no pensamento dos dois, seus axiomas e dogmas acabam sendo úteis na medida em que se complementam.

Por um lado, a Geopolítica crítica defende que a construção teórica de Ohmae (1995) traz axiomas já demasiadamente debatidos, tais como: o fim do Estado-nação, a invocação genérica de limites territoriais difusos e a disseminação do neoliberalismo enquanto instrumento ideológico. Por outro lado, o neologismo ontológico de Luttwak acaba sendo útil por que permite analisar as regiões *cross-border* (principalmente aquelas que são influenciadas pelo livre comércio e pelo efeito autorregulador do mercado) de Ohmae em que sofrem alterações em suas práticas de governança por causa do efeito da alta competição desenfreada originadas dentro do livre-comércio (Sparke, 1998). Para Sparke (1998, p. 65), “esse efeito estatal transnacional neoliberal possui um conjunto distinto de influências e componentes, e estes componentes se juntam em um modelo de economia na promoção de integração regional transfronteiriça.”

No entanto, essas contribuições descritas acima, exceção feita à Wood (2014), são limitantes no sentido em que observam apenas a experiência de países (ou instrumentos) com fronteiras difusas e com capacidade econômica e militar superiores. Luttwak, por exemplo, partiu do entendimento da experiência da atividade econômica da política comercial dos Estados Unidos, já Blackwill e Harris (2017) se atém ao pensamento liberal premente ao Século XX; enquanto Sparke (1998) consideram a política de livre comércio dos tratados e acordo do NAFTA e do supranacionalismo da União Europeia enquanto Mercado Comum (Vihma, 2017; Sparke, 1998).

Esses analistas, com seu método de observação, falham ao não capturar o principal fenômeno que garantiu o surgimento da Geoeconomia: o uso de instrumentos econômicos para

produzir resultados geopolíticos específicos. A geopolítica será influenciada por dois eixos: pelo impacto das políticas nacionais na promoção do seu interesse nacional em outras nações e pelo efeito que a ação tomada por países terceiros tem na política interna (Blackwill e Harris, 2017).

A concepção de Blackwill e Harris (2017) traz vantagens - pelo menos em relação às outras anteriormente apresentadas, o que garante que seu sistema de análise seja aplicado não somente a países com uma trajetória tradicionalmente hegemônica (Estados Unidos e União Europeia), mas também à países emergentes que estão em ascensão na política mundial. Essa explicação permite compreender as mudanças estratégicas na política e na economia causadas por potências emergentes em paralelo ao declínio relativo dos poderes ocidentais tradicionais, tais como ASEAN, América do Sul e BRICS (Pecequilo, 2013; Fiori, 2011). Enquanto Wood (2014) considera a interação e interdependência entre ou atores, promovendo um mecanismo de análise macro mais aprimorado.

Em primeiro lugar, a China passou a tomar a pauta central enquanto poder hegemônico mundial frente a perda da projeção internacional dos EUA pós-crise de 2008 (Pecequilo, 2013) através de uma estratégia política econômica e comercial. A participação chinesa no comércio internacional, em sua fase inicial, caracterizava-se como fornecedor de produtos manufaturados e intenso importador de *commodities*. Por outras vias, a recente guerra tecnológica entre Estados Unidos e China (Diegues e Roselino, 2021) tende a confirmar sua posição superior e sua participação cada vez mais sólida enquanto agente de mudanças do sistema internacional.

Em segundo lugar, outros *players* emergentes (tais como ASEAN, BRICS, OCX)<sup>4</sup> têm usado ferramentas geoeconômicas como forma de instrumentos de geopolítica como uma forma de atingir objetivos específicos e imediatos quanto para atingir objetivos genéricos e de longo prazo (Pecequilo, 2013; Blackwill e Harris, 2017).

Nos últimos 30 anos, por exemplo, a principal orientação da política externa do Chile foi uma abertura econômica ampla e unilateral cujo instrumento foi a formação de acordos comerciais bilaterais como estratégia de inserção regional e internacionais (Lopes e Carvalho, 2010). México e Colômbia se uniram e formaram a Aliança do Pacífico como forma de contornar a influência do Brasil e da Argentina dentro da América Latina (Blackwill e Harris, 2017).

Já o Brasil, durante o Governo Lula (2003-2011), passou a se colocar como potência regional e liderança mundial (Hirst, Lima e Pinheiro 2010; Fiori, 2011), acirrou as tentativas para obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Lessa, 2010) e tomou participação afirmativa no processo de liberação de urânio enriquecido pelo Irã (Amorim, 2010),

---

<sup>4</sup> ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático, BRICS – acrônimo criado para a representação de um grupo de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, OCX – Organização de Cooperação de Xangai.

além de tomar a frente em negociação multilaterais fóruns de governança global, tais como o G-20, o G-15 e a Rodada de Cancún da Organização Mundial do Comércio (OMC), (Fiori, 2014; Amorim, 2010).

Durante a Rodada Uruguai do GATT<sup>5</sup>, países em desenvolvimento, notando a necessidade da liberalização de serviços pleiteados por países desenvolvidos, passaram a estabelecer impasses ainda nas fases de negociação. Segundo Crystal (2003), em seu estudo de caso sobre barganhas e *deadlocks* em fóruns de negociações multilaterais, concluiu que os países em desenvolvimento usaram o em seu favor interesse dos países centrais sobre o comércio de serviços como *tradeoff* em rodadas de negociação futuras que objetivam concessões para suas propostas. Na ocasião, os países apostaram que somente tratariam do tema de abertura de mercado e liberalização do comércio de serviços, caso poderes centrais passassem a abordar temas como agricultura e o setor têxtil nas negociações multilaterais (Crystal, 2003; Junior, 2007).

Blackwill e Harris (2017) definem que a geoeconomia é simultaneamente um método de análise e uma forma de *statecraft* em que os atores utilizam a economia como forma de projeção de poder. Ainda segundo Blackwill e Harris (2017), há outros componentes teóricos presentes na construção como segue abaixo:

1. Os Estados exercem seu poder por fatores econômicos e não por fatores geográficos, militares ou *hardpower*;
2. O resultado do jogo dentro da Geoeconomia é de soma positiva (todos podem ganhar);
3. Tentativas geoeconômicas de projeção de poder podem assumir diversas formas. A geoeconomia possui uma lógica de *meio* (instrumento econômicos) *para um fim* (benefícios para o interesse nacional). Estados não são originados da mesma forma e não possuem as mesmas capacidades de projeção de poder geopolítico. Mas há recursos que determinam o grau de eficiência no uso de ferramentas geoeconômicas.

Assim, essas ações e recursos dos países em desenvolvimento podem ser interpretadas como instrumentos geoeconômicos para a consecução de objetivos finais conforme Blackwill e Harris (2017). A atuação dos países em desenvolvimento na Rodada Uruguai, na Rodada Doha e na coalizão do G-20 pode servir de exemplos dos esforços de determinados grupos de países em prol da defesa do seu interesse geopolítico através de meios econômicos quando influenciados pela ação de atores (ou fatores externos).

---

<sup>5</sup> Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). A primeira inclusão da pauta de liberalização do comércio de serviços passou a ser incluídas nas rodadas multilaterais do GATT em 1986, mas, devido a vários impasses e processos de *deadlock* no setor de concessões à agricultura e dos têxteis, além da sustentação de necessidade de reforma, somente conseguiu ser finalizada em 1994. Para saber mais, visitar: Júnior (2007).

A compreensão do conceito da geoeconomia fornece percepções cruciais sobre como o comércio, os mercados financeiros e as redes de produção se interligam em um mundo cada vez mais independente; e, ainda mais, como que os Estados utilizam dessa nova vertente analítica para compreender e moldar suas posições e estratégias no cenário internacional. Todavia, as interações complexas entre fatores geográficos, políticos e econômicos analisadas pela geoeconomia são influenciadas epistemologicamente pelo ocidentalismo (Mignolo, 2006). Nesse contexto, a seção a seguir explora a possibilidade de incorporar a perspectiva decolonial nas análises geoeconômicas, de maneira que se torne possível uma compreensão menos assimétrica das dinâmicas globais.

### A PERSPECTIVA DECOLONIAL DENTRO DA GEOPOLÍTICA

Conceituada como um campo de conhecimento normativo e estratégico, a Geopolítica redesenha e investiga a própria geografia através de algum projeto de poder específico, seja ele expansivo ou defensivo (Fiori, 2014). Como área de estudo cujo objetivo é estudar a espacialização do poder na política internacional e estabelecer relações causais entre espaços e tempos distintos, presume-se que as análises geopolíticas - especialmente após o rompimento do colonialismo e o estabelecimento de uma nova ordem pós Guerra Fria - levem em consideração que os interesses nacionais existentes no sistema internacional são hierárquicos, assimétricos e, sobretudo, competitivos (Grosfoguel, 2007; Quijano, 2006). Nesse sentido, esperava-se que as análises no âmbito da geopolítica fossem caracterizadas pela construção de discussões epistemológicas inclusivas, flexíveis e inovadoras, no qual tradições de pensamentos ou privilégios epistêmicos não iriam subalternizar determinados conhecimentos (Dulci, 2019).

Entretanto, apesar da sua sugestão de universalismo, a geopolítica foi, por muito tempo, sustentada por discussões ocidentais *mainstream* de cosmopolitismo que marginalizavam as demais expressões epistemológicas de conexão transacional, no qual múltiplos aspectos geopolíticos foram ignorados (Sharp, 2013). Tal conjuntura foi ainda mais exacerbada no pós-colonialismo, tendo em vista que, além de representar um marco temporal histórico que remete libertação e emancipação do “terceiro mundo”, serviu como pauta para o surgimento de um movimento teórico, político e ético que objetivava questionar o privilégio epistêmico do mundo ocidental, especificamente da Europa, na produção de conhecimento acadêmico (Ballestrin, 2013; Grosfoguel; 2007; Mignolo, 2006).

O movimento decolonial emerge não só como um meio de luta e denúncia, mas também como uma corrente epistemológica com conceitos e categorias próprias de análise. A teoria decolonial objetiva demonstrar que há uma necessidade de olharmos além da ideia de que a colonização foi um evento já encerrado, mas de analisarmos como um processo que teve e tem continuidade nos dias atuais, na qual as formas de dominação e exercício de poder adquiriram novos moldes de ação (Oliveira e Lucini, 2021; Sharp, 2013; Dulci, 2019).

Como um dos precursores do movimento, Mignolo (2006) afirma que a lógica da colonialidade opera a partir de três níveis distintos: a colonialidade do poder, no qual abrange as esferas da política e da economia; a colonialidade do saber, que engloba os saberes epistêmicos, filosóficos, científicos e a relação das diferentes linguagens com o conhecimento; e, por fim, a colonialidade do ser, que impera nas noções de subjetividade, no controle da sexualidade e nos papéis atribuídos ao gênero. Portanto, o giro decolonial atua como um aparato na quebra desses padrões de dominação que naturalizam a continuidade da colonialidade do saber e do poder na geopolítica.

Sendo assim, argumenta-se que a compreensão dos moldes da colonialidade concede-nos contribuições significativas para a percepção da Geopolítica Contemporânea. Para auxiliar no entendimento das perpetuações político-econômicas de um mundo desigual, híbrido e interdependente, a teoria decolonial assume um papel ativo de subalternidade que transforma as estratégias de aprendizagem e pesquisa, e implica na desconfiância dos paradigmas disciplinares existentes na geopolítica (Espanhol, 2017). Por conseguinte, ao se posicionar como uma alternativa teórica e praxeológica ao universalismo e à hegemonia ocidental, a decolonialidade estabelece que o atual desafio da Geopolítica não é só reconhecer a negligência da disciplina quanto ao fato de que a construção político-econômica internacional distorce o pensar sobre o Sul Global, mas também reconhecer que a própria base epistemológica da disciplina foi consubstanciada mediante um projeto global que é articulado para servir aos interesses ocidentais (Santos e Tavares, 2020).

O privilégio epistêmico do ocidente em relação ao conhecimento produzido pelos países anteriormente colonizados fomenta não só uma injustiça cognitiva, mas também atua como um mecanismo utilizado para beneficiar projetos imperiais e coloniais em escala global; ou seja, a colonialidade exerce influências perniciosas tanto na sociedade, quanto nas instituições, sejam elas acadêmicas, econômicas ou políticas (Walsh, 2014). Consequentemente, o controle do poder e do conhecimento no âmbito internacional reverbera, fundamentalmente, nos desdobramentos econômicos e políticos do sistema (Mignolo, 2006).

Dessa forma, a corrente decolonial endossa que, apesar do espectro da geopolítica voltar-se para a esfera global, a disciplina está, de muitas maneiras, sujeita a “formas paroquiais de teorização” que comprometem a equanimidade e a neutralidade das análises mais abrangentes (Sharp, 2013). Imbuídas da percepção colonial anglo-americana, a geopolítica e a geoeconomia, em muitos casos, perseguem uma versão limitada e empobrecida da realidade, de modo que ignoram as contribuições epistemológicas de parte significativa da humanidade.

Assim, o pensamento decolonial é definido por Rodrigues (2022) como uma tentativa de reverter o processo de epistemicídio, sendo assim definido como o extermínio de saberes locais e da diversidade cultural multifacetada como fonte de conhecimento e de visão do mundo em prol

do estabelecimento dos desígnios coloniais como forma e instrumento eficaz de dominação. De acordo com o autor, o papel da teoria decolonial dentro da Geopolítica é de reforçar a necessidade de recusar processos de homogeneização e dar visibilidade à perspectivas de pensamentos multidisciplinares e multiculturais. Esse fenômeno trazido pelo pensamento decolonial é um projeto de libertação social, política e econômica que favorece a busca por autonomia (Rodrigues, 2022).

Dado o exposto, de que forma a geoeconomia pode ser analisada por meio de uma perspectiva decolonial? Ao considerar que esse conceito, conforme delineado por Moinet (1999), examina, em muitos casos, como fatores geográficos e econômicos influenciam as ações internacionais e as desigualdades econômicas globais; leva-nos a refletir sobre como a incorporação dos princípios decoloniais, que enfatizam as raízes históricas e relacionam essas desigualdades as estruturas de poder que perduram na colonialidade, pode nos auxiliar no desenvolvimento de uma compreensão mais inclusiva e subalterna dos fenômenos econômicos emergentes. Dessa forma, cada vez mais seriam discutidos aspectos que muitas vezes são negligenciados nos debates geoeconômicos, por estarem fortemente vinculados ao viés epistêmico ocidental.

Os reflexos da colonialidade do poder e do saber são contínuos e estruturam a economia e a política no sistema-mundo atual, de modo que saberes, lugares, trabalho e seres humanos são hierarquizados e categorizados com base no quadro de funcionamento de um modo de produção e de riqueza estritamente eurocêntrico (Mignolo, 2006). Nesse sentido, a categorização de países entre centros e periferias, refletem não só os aspectos econômicos, mas também os intelectuais, uma vez que, tanto o conhecimento como as noções de economia adotadas nas análises geoeconômicas, são reflexo de uma determinada cartografia espacial de um saber autorizado, que foi, colonialmente, atribuído como universal.

Contrário ao método de análise *mainstream* da geopolítica, o método subalterno oriundo da teoria decolonial concede-nos um posicionamento analítico com maior subjetividade política, de maneira que reconhece a possibilidade do estabelecimento de identidades políticas distintas por meio de uma representação geográfica que não posiciona seus sujeitos fora do Estado e nem das instituições associadas (Sharp, 2013).

Moinet (1999) afirma que, acelerada pela contração de tempo e espaço, a globalização econômica anuncia novas formas de organização global e de poder, o que resulta no surgimento de novos fenômenos significativos para a geopolítica internacional. Nessa conjuntura, os *insights* epistemológicos oriundos do movimento decolonial possibilitariam uma análise mais completa acerca de fenômenos mais específicos, como: as coalizões de grupos econômicos subalternos, as crises financeiras e políticas em países do Sul Global, as ações conjuntas entre países que almejam

tornar-se *players* importantes no cenário internacional, e o impacto que instituições multilaterais podem exercer na interação entre atores estatais e na política nacional de cada um deles.

Como foi descrito na primeira seção deste artigo, cada vez mais países tidos como periféricos passaram a utilizar instrumentos geoeconômicos como mecanismos de política externa, seja para alcançar objetivos específicos e imediatos quanto para atingir objetivos genéricos e de longo prazo. Por esse ângulo, incorporar a perspectiva decolonial nos estudos da geopolítica e, especificamente, na geoeconomia, permite-nos examinar como as dinâmicas econômicas globais estão interligadas com relações de poder e dominação decorrentes da colonialidade. Evidenciar que as desigualdades econômicas globais e a persistência de relações de dependência econômica entre potências colonizadoras e antigas colônias têm raízes históricas nas práticas coloniais, possibilita uma análise mais complexa dos fenômenos emergentes na geoeconomia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da geopolítica contemporânea trouxe a geoeconomia como subcampo de análise relevante, reconhecendo a importância da economia como instrumento político entre os Estados. Entretanto, as abordagens predominantes são limitadas pela visão colonial ocidental que negligencia as contribuições epistemológicas das demais regiões e grupos do sistema internacional.

Sendo assim, o artigo buscou delinear um caminho embrionário para uma possível análise da Geoeconomia a partir da perspectiva decolonial dentro dos estudos de Geopolítica. A introdução da noção de colonialidade, de privilégio epistemológico e de colonialidade do poder realizada pela teoria decolonial evidencia a necessidade de produção de conhecimento que vá além dos fundamentos *mainstream* da geopolítica. Desse modo, por meio de uma reflexão epistemológica, a teoria decolonial auxilia-nos a perceber que a construção teórica da geopolítica e da geoeconomia foi baseada especialmente nos princípios epistemológicos anglo-americano.

De modo geral, ao demonstrar que a colonização não se encerrou no passado e que ainda se manifesta de maneiras sutis na atualidade, a teoria decolonial destaca a continuidade da colonialidade do poder, do saber e do ser. Incorporar essa perspectiva nas análises geoeconômicas possibilita uma melhor compreensão das raízes históricas das desigualdades econômicas e como as repercussões dessa dinâmica aliada aos fatores geográficos e econômicos afetam as ações internacionais atuais dos Estados. Essa abordagem nos permite analisar fenômenos econômicos emergentes que não são amplamente abordados nos debates *mainstream* da geoeconomia. A compreensão das implicações da colonialidade do poder e do saber na política e na economia mundial garante-nos uma visão mais inclusiva e abrangente dos desdobramentos geopolíticos do sistema internacional.

Em suma, a incorporação da perspectiva decolonial na análise da geoeconomia dentro dos estudos da geopolítica é essencial para o entendimento mais crítico das dinâmicas econômicas globais e suas implicações geopolíticas. Essa abordagem possibilita reconhecer e desafiar a persistência das relações de poder colonial e do privilégio epistemológico anglo-americano, promovendo uma análise mais inclusiva e sensível às realidades dos países e grupos historicamente subalternizados, contribuindo para uma visão mais equitativa e justa das relações internacionais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, C. (2010) 'Brazilian Foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(special edition), pp; 214-240.

Baldwin, D. A. (1985) *Economic Statecraft*. Princeton: Princeton University Press.

Ballestrin, L. (2013) 'América Latina e o giro decolonial'. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89–117, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt> [Acesso em: 13 Abr. 2023]

Blackwill, R. D.; Harris, J. M. (2016) *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. London: The Belknap Press of Harvard University Press.

Crystal, J. (2003) 'Bargaining in the negotiations over liberalizing trade in services: power, reciprocity and learning'. *Review of International Political Economy*, 10(3), pp. 552-578.

Diegues, A. C.; Roselino, J. E. (2021) 'Política Industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA'. *Instituto de Economia da UNICAMP*. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD401.pdf> [Acesso em: 20 Jul. 2023]

Dulci, T. M. S. (2019) *Descolonizando as Relações Internacionais na América Latina: novas agendas, objetos e atores*. Disponível em: [https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1571281115\\_ARQUIVO\\_af6ce3c76a7ac0c38a0b6b0fa3c22f51.pdf](https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1571281115_ARQUIVO_af6ce3c76a7ac0c38a0b6b0fa3c22f51.pdf) [Acesso em: 07 Ago. 2023]

Espanhol, C. O. (2017) 'O pensamento decolonial como perspectiva contra-hegemônica nos debates teóricos das Relações Internacionais'. *Associação Brasileira de Relações Internacionais*, [Online]. Disponível em: [https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261\\_ARQUIVO\\_ARTIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261_ARQUIVO_ARTIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf) [Acesso em: 08 Jun. 2023]

Fiori, J. L. C. (2011) *Brasil e América do Sul: O desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: IPEA.

Fiori, J. L. C. (2014) *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Grosfoguel, R. (2007) “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOQUEL, R. (eds.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, pp 63-77.

Hirst, M; Lima, M. R. S.; Pinheiro, L. (2010). ‘A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios’. Nueva Sociedad. ISSN: 0251-3552. [Online]. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-2\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-2_1.pdf) [Acesso em: 01 Set. 2023].

Lessa, A. C. (2010) “Brazil’s Strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(special edition), pp 115-131, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/hvQtPGqP7XdVcYk4XBmpFbb/?lang=en> [Acesso em: 08 Jul. 2023]

Junior, U. C. (2007) ‘Negociações Relativas ao Comércio de Serviços do GATT: semelhanças com a Rodada Doha da OMC’. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 102, pp 505-523, [Online]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67767/70375> [Acesso em: 25 Jun. 2023]

Lopes, R. R.; Carvalho, C. E. (2010) ‘Acordos Bilaterais de Comércio como Estratégia de Inserção Regional e Internacional no Chile’. *Contexto Internacional*, 32(2), [Online], Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/YsXwKrYpX9zn9KYMvTZqQkK/?lang=pt#> [Acesso em: 20 jun. 2023]

Luttwak, E. N. (1990) ‘From Geopolitics to Geoeconomics: Logic of conflict, Grammar of Commerce’. *The National Interest*, 20, pp: 17-23.

Mafra, R. M. O. (2006) *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. São Paulo: Sicurezza.

Mignolo, W. (2006) “El desprendimiento: pensamiento crítico y giro decolonial”. In: SCHWY, F; MALDONADO-TORRES, N. (eds), *(Des)Colonialidad del ser y del saber (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, pp. 11-23.

Moinet, N. (1999) ‘La geoeconomía: una nueva fuerza estratégica para la comunidad científica’. *Quark*, 17, pp. 56-68.

Ohmae, K. (1995) *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. New York: The Free Press.

Oliveira, E. S.; Lucini, M. (2021) 'O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência'. *Revista Boletim Historiar*, 8(1), pp. 97-115.

Quijano, A. (2006) 'Colonialidad del poder y clasificación social'. *Journal of World-Systems Research*, 11(2), pp. 342-386.

Rodrigues, B. S. (2022) 'Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI'. *Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 2 (1), pp. 149-168, [Online]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reorient/article/view/47746/30370> [Acesso em: 18 Mai. 2024]

SHARP, J. P. (2013) 'Geopolitics at the margins? Reconsidering genealogies of critical geopolitics'. *Political Geography*, 37, pp. 20-29.

Wood, E. (2014) *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo.